

Investimentos de Capital, Custo Tributário e Competitividade: O Caso do Setor Siderúrgico Brasileiro

Rafael Guidotti Noble

Marcos Antônio De Souza

Lauro Brito De Almeida

Resumo:

Este artigo tem como objetivo o estudo do impacto do custo tributário incidente sobre o investimento destinado à expansão de uma planta siderúrgica no Brasil, comparada com a carga tributária que ocorreria caso tal investimento fosse realizado em outros países alternativos, ou seja, EUA, Canadá e Chile. O estudo é desenvolvido no contexto do reconhecimento de que determinados eventos que provocam efeitos no nível de competitividade das empresas estão fora do seu âmbito de ação. Entre tais eventos considera-se neste estudo a carga tributária, elemento integrante do conjunto de políticas macroeconômicas governamentais. No desenvolvimento do estudo utilizou-se a metodologia do estudo de caso múltiplo, por meio do qual mensurou-se o custo tributário incidente sobre o investimento planejado, respeitada a legislação vigente em cada um dos países pesquisados. O resultado do estudo permite concluir que dos quatro países considerados é o que apresenta o maior custo tributário, com diferença significativa em relação aos demais países, os quais propiciam um incentivo fiscal haja vista a carga tributária negativa. Dentre os outros três países analisados, os que mais favorecem as empresas a serem competitivas são, pela ordem, Chile, EUA e Canadá.

Área temática: *Gestão Estratégica de Custos*

Investimentos de Capital, Custo Tributário e Competitividade: O Caso do Setor Siderúrgico Brasileiro

Rafael Guidotti Noble (Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Brasil) rafael.guidotti@br.pwc

Marcos Antônio de Souza (Universidade do Vale Rio dos Sinos - Brasil) marcosas@unisinis.br

Lauro Brito de Almeida (Universidade Federal do Paraná) gbrito@uol.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo o estudo do impacto do custo tributário incidente sobre o investimento destinado à expansão de uma planta siderúrgica no Brasil, comparada com a carga tributária que ocorreria caso tal investimento fosse realizado em outros países alternativos, ou seja, EUA, Canadá e Chile. O estudo é desenvolvido no contexto do reconhecimento de que determinados eventos que provocam efeitos no nível de competitividade das empresas estão fora do seu âmbito de ação. Entre tais eventos considera-se neste estudo a carga tributária, elemento integrante do conjunto de políticas macroeconômicas governamentais. No desenvolvimento do estudo utilizou-se a metodologia do estudo de caso múltiplo, por meio do qual mensurou-se o custo tributário incidente sobre o investimento planejado, respeitada a legislação vigente em cada um dos países pesquisados. O resultado do estudo permite concluir que dos quatro países considerados é o que apresenta o maior custo tributário, com diferença significativa em relação aos demais países, os quais propiciam um incentivo fiscal haja vista a carga tributária negativa. Dentre os outros três países analisados, os que mais favorecem as empresas a serem competitivas são, pela ordem, Chile, EUA e Canadá.

Palavras chave: Bens de Capital, Custo Tributário, Competitividade.

Área Temática: Gestão Estratégica de Custos

1. Introdução

O sistema tributário brasileiro ainda contém dispositivos que afetam o desenvolvimento e a expansão de certas atividades produtivas. As distorções impositivas atingem e prejudicam as decisões de investir, inibindo o crescimento da produção e a oferta de empregos. Parte dos tributos é de natureza cumulativa, e incidem em cascata nas diversas fases do processo produtivo, a exemplo da Contribuição para Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, tributos estes que, em conjunto, representam expressiva parcela da carga tributária total.

Assim, quando o Governo institui ou majora um tributo de natureza cumulativa incidente sobre vendas em geral a tendência é que a competitividade dos produtores nacionais relativamente a seus concorrentes estrangeiros seja reduzida. Tal fato enseja aumento do chamado “Custo Brasil” (BNDES, 2000).

Ressalta-se que a sobretaxação dos investimentos em bens de capital, tema principal deste estudo, também é fator de distorção da carga tributária, pois além de majorar o preço dos produtos, dificulta a criação de empregos e o próprio desenvolvimento econômico e social do

país. O elevado ônus tributário que incide sobre os investimentos de capital tem sido apontado como fator de desestímulo aos investimentos no Brasil, fazendo com que, muitas vezes, os investidores optem por outros países no momento de investir.

Em relação aos custos tributários de bens de capital sob encomenda, e a sua relação com a competitividade objetiva-se com este trabalho demonstrar como as políticas institucionais e regulatórias podem contribuir, ou não, para estimular os setores de infra-estrutura, especialmente a indústria de base.

Apesar de a legislação brasileira sofrer freqüentes alterações, o intuito é chamar a atenção das empresas e do governo no que diz respeito ao custo tributário incidente sobre bens de capital adquiridos sob encomenda, como uma opção estratégica para redução dos custos.

Cabe ressaltar que, exceto no caso do Brasil, os custos tributários incidentes nos demais países pesquisados, foram tratados de forma genérica, não representando uma análise profunda das alíquotas específicas utilizadas em cada país.

A contribuição e relevância deste estudo estão diretamente relacionadas em possibilitar o debate sobre a busca de competitividade pelas empresas como forma de assegurar a sua continuidade.

Outra característica que também distingue esta pesquisa é o seu foco de estudo. De fato, ao tratar do custo fiscal-tributário como fator de competitividade o estudo contribui com a evidenciação de que ela, para ser atingida, necessita da ação governamental com um agente da competitividade do país.

2. Bens de capital: competitividade e custo tributário

Na atual conjuntura internacional o ambiente competitivo em que as empresas estão inseridas apresenta modificações constantes. Neste contexto, para manter-se no mercado, as organizações devem reagir rapidamente às mudanças nas condições tecnológicas, econômicas e políticas, bem como ampliar continuamente sua capacidade para inovar e se modernizar, visando um melhor posicionamento estratégico frente ao que se pode chamar de modelo concorrencial. (Wernke, 2001).

Neste mesmo sentido, Bornia (2002 p. 25) infere que “o aumento da concorrência vem provocando profundas transformações nos sistemas produtivos das empresas. A tendência destas modificações pode ser percebida procedendo-se a uma comparação entre o sistema produtivo de uma empresa moderna e o de uma empresa tradicional”. Desta comparação, denota-se que o aprimoramento contínuo passou a ser uma busca incessante pela melhoria de eficiência e produtividade, o que demanda uma série de decisões a serem tomadas pelos gestores, como por exemplo, a renovação ou ampliação do parque fabril.

Tal constatação, contudo, remete à questão relativa os custos tributários, pois, nota-se neste contexto uma transformação no enfoque da gestão estratégica de custos; as empresas passaram a focar, também, os custos tributários e não somente os custos operacionais (internos) como tradicionalmente tem ocorrido.

Referida transformação decorre da competição acirrada pelo mercado, que exige dos gestores atenção especial aos custos tributários como fator relevante na posição concorrencial das empresas. Isso acaba por definir a posição de concorrência das empresas na atualidade, principalmente no âmbito internacional.

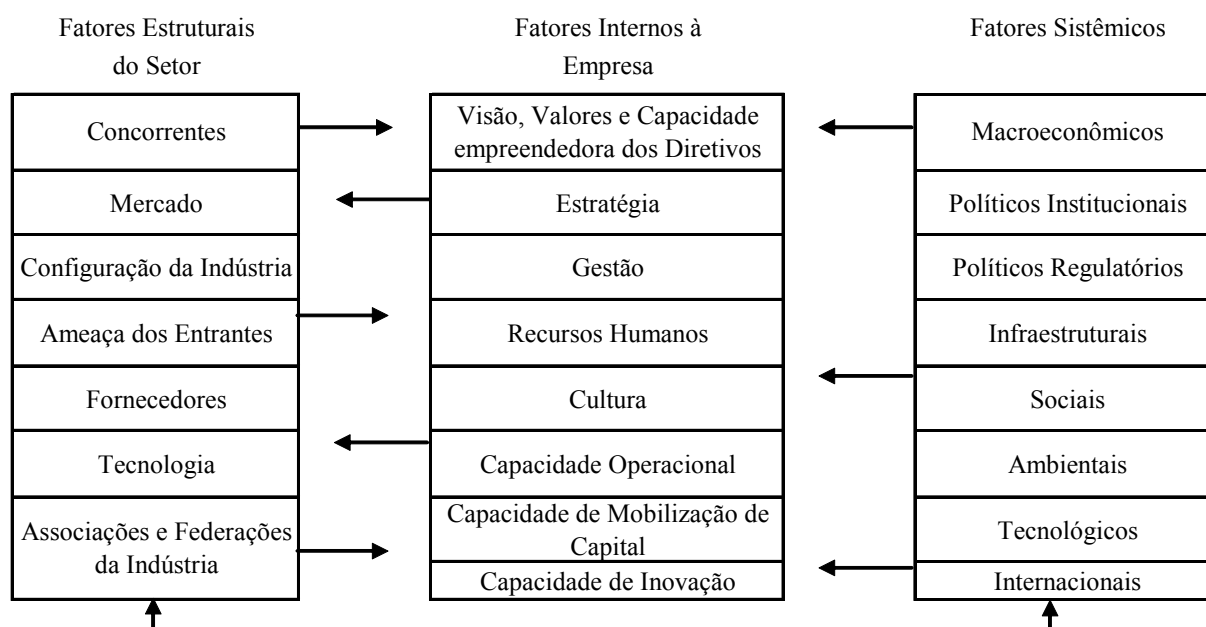
Coutinho e Ferraz (1995) corroboram este entendimento ao enfatizarem que a competitividade é o resultado de vários fatores que interferem nas atividades empresariais, sejam eles sistêmicos, estruturais ou internos. Os fatores sistêmicos são relacionados a todos os

componentes macro-econômicos, político institucionais, político regulatórios, entre outros, que podem impactar o desempenho das empresas.

Os fatores estruturais são o conjunto das condições específicas do meio em que a empresa atua, tal como: mercado e organização industrial. Por fim, os fatores internos são todos aqueles elementos internos à empresa que a tornam competitiva ou não, tais como gestão industrial e inovação tecnológica.

Os dois primeiros conjuntos de fatores englobam condições externas à organização empresarial nos quais as possibilidades de mudança na estratégia competitiva da empresa podem ocorrer por meio do envolvimento de associações e federações da indústria.

Ressalta-se, neste contexto, a figura do Estado (governo) como influência relevante no processo de decisão de investimento, dadas as suas ações políticos institucionais e político regulatórios, notadamente as políticas, monetária, fiscal e cambial. A esse conjunto Bacic (1994) classificou como Fatores Sistêmicos, elementos integrantes dos Fatores Determinantes da Competitividade da Empresa conforme se demonstra na Figura 1:



Fonte: (Adaptado de Bacic, 1994.)

Figura 1 – Fatores determinantes da competitividade da empresa

Tradicionalmente, tem-se entendido que os Fatores Sistêmicos estavam fora do campo de ação da empresa.

Nota-se atualmente, contudo, que cada vez mais as empresas por intermédio das associações e federações representativas do setor, têm buscado maior interação com os órgãos governamentais, gerando com isso o que se pode denominar de influência mútua. Assim, se de um lado as empresas esperam por melhores políticas institucionais e regulatórias em termos de tributação sobre investimentos em bens de capital, por outro o governo espera com tais políticas atrair investimentos que visam o desenvolvimento econômico do país.

Tal fato é corroborado pelas medidas recentemente tomadas pelo Governo Federal Brasileira no âmbito do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP, que se apresenta como um programa de desoneração dos investimentos em bens de

capital de empresas que exportam mais de 80% de sua produção. Conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Brasil, 2005 p. 1) “com essa medida o Governo alcançará vários objetivos. Primeiro, a redução dos custos da instalação de unidades industriais, permitindo ao Brasil concorrer pela atração de investimentos estrangeiros diretos (...) a medida tende a acelerar ainda a decisão de empresas nacionais e estrangeiras pela realização dos projetos de investimento ainda em estudo, gerando mais emprego e renda no país”.

Pode-se inferir, portanto, que atualmente as conjecturas em torno da competitividade devem levar em consideração, além dos fatores internos das organizações no tocante as decisões de investimento, os fatores sistêmicos, notadamente, as políticas públicas que afetam as corporações. Ou seja, não há mais espaço para se tratar a competitividade exclusivamente no ambiente interno das empresas.

Nesse sentido Bacic (1994 p. 297) assevera que “a compreensão dos fatores que contribuem para a competitividade de uma empresa excede o ambiente interno da unidade.” Ou seja, a dinâmica concorrencial, do ponto de vista sistêmico, é resultante da articulação dos três grupos de fatores apresentados na Figura 1.

Sob esta ótica, destacam-se as decisões de investimento em bens de capital, que notadamente se traduzem em vantagens competitivas tais como: avanços tecnológicos, mudanças sociais e econômicas (Porter, 1989).

2.1. Bens de capital: conceitos

Neste ponto, para efeito do presente estudo será efetuada uma breve conceituação dos bens de capital, que podem ser definidos, conforme Vermulm e Erber (2002 p. 2), pela sua funcionalidade, ou seja, “são aqueles produtos que são utilizados para fabricar outros produtos, repetidamente”, sendo sua produção dividida, basicamente, em bens de capital seriados e bens de capital sob encomenda.

Os bens seriados, são as máquinas e equipamentos que apresentam um grau de tecnologia mais simples, tem pequenas dimensões físicas e podem ser produzidos em escala industrial com baixo valor unitário e num reduzido espaço de tempo entre a sua fabricação e a venda. Nesta categoria, encontram-se, por exemplo, os troncos mecânicos utilizados na indústria metalúrgica.

Já os bens de capital sob encomenda, são aqueles fabricados a partir de projetos pré-definidos, caracterizando-se por apresentarem grandes dimensões e alto investimento. Em sua maioria, são tecnologicamente mais complexos e com prazos longos de maturação entre o início do projeto e a sua entrada em operação. Notadamente, referidos bens são aplicados à indústria de base, tendo como seus principais demandantes os setores de infra-estrutura, tais como: o setor siderúrgico, o setor papel e celulose, o setor de petróleo e petroquímica, o setor de telecomunicações, o setor de energia elétrica, entre outros.

Ressalta-se que ao contrário dos bens seriados, os bens por encomenda caracterizam-se por sofrer com as oscilações conjunturais macroeconômicas, e sua resposta a essas variações, via de regra, é mais lenta. Desta forma, ele costuma ser um dos primeiros setores a sentir os efeitos de uma retração econômica e por conseguinte, quando se inicia sua recuperação, todos os demais setores já estão plenamente inseridos em um contexto de expansão econômica (Vermulm, Erber, 2002).

Outro aspecto importante no âmbito dos bens de capital sob encomenda centra-se no fato de que este tipo de investimento não é efetuado à vista. Deste modo, deve-se levar em conta as condições de financiamento, especialmente em relação aos juros, prazos, garantias e

condições de seguro de crédito, entre outros fatores, os quais desempenham um papel crítico no desenvolvimento de um projeto de investimento, seja no plano das economias nacionais, seja na concorrência internacional.

Como base nestas premissas, pode-se afirmar que os bens de capital sob encomenda requerem uma elevada capacidade de investimentos e um grande volume de recursos financeiros para fomentar seu fluxo de negócios. Verifica-se, assim, que países desenvolvidos muito provavelmente possuem uma posição mais competitiva e com maior capacidade inovadora do que países em desenvolvimento, em tais projetos de investimento.

Como decorrência, também, há influência do custo tributário incidente sobre investimentos em bens de capital, ou seja, a influência dos tributos na decisão deste tipo investimento é uma realidade internacional, que conforme Abrantes (2004 p. 12) “a decisão da competitividade a nível doméstico e internacional é inevitavelmente influenciada pelos impostos e estará condicionada à soberania dos países em estabelecer seus próprios sistemas tributários e alíquotas incidentes”.

3. Delineamento metodológico

O presente estudo tem caráter quantitativo e qualitativo e utilizou-se do método de estudos de casos múltiplos. Tal método, caracteriza-se como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (YIN 2001).

Estudos de casos múltiplos são apropriados quando o objetivo da pesquisa é descritiva, construção de teoria ou testar teoria. Além disso, estudos de casos múltiplos permitem análise cruzada de casos e da extensão da teoria, produzindo resultados de pesquisa mais gerais.

A coleta de dados foi realizada, por meio documentos e laudos técnicos fornecidos pelos departamentos de engenharia de empresas filiadas ao IBS.

Da análise a referida documentação, selecionou-se para montagem do modelo estudado dois projetos de investimentos semelhantes que já foram instalados.

A análise dos resultados foi quantitativa e qualitativa e ocorreu por meio da comparação dos dados obtidos entre si e interpretação dos mesmos à luz da teoria e da legislação tributária vigente.

4. O caso estudado

O estudo demonstra uma forma de mensurar a cobrança de tributos sobre investimento em bens de capital por encomenda que, impelida pelo poder público, onera os custos das empresas no Brasil, tendo como consequência à perda de competitividade, principalmente quando se efetua a comparação com outros países.

Além disso, demonstra-se também, o efeito danoso que a política tributária pode causar à economia brasileira, uma vez que, além de reduzir de forma acentuada as chances de investimentos produtivos, inibe a criação de empregos e o próprio desenvolvimento econômico e social do país.

4.1. Premissas adotadas para o estudo

O cenário adotado para desenvolvimento do estudo tomou por base um projeto de investimento para expansão da capacidade produtiva de uma planta siderúrgica pertencente a uma das associadas ao Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS.

Referido projeto tem por objetivo a implantação de um Alto Forno com capacidade de 1,5 MM de toneladas métricas/ano, sendo o dispêndio de recursos dividido da seguinte forma:

projeto de engenharia;

infra-estrutura;
 aquisição de equipamentos,
 a construção de prédios e instalações; e
 construção de sistemas de reaproveitamento de gases industriais e de controle ambiental.

O valor do investimento, sem a incidência tributária, corresponderia a US\$ 355 milhões.

Com base nas premissas estabelecidas, para fins do estudo levou-se em consideração apenas o montante de tributos incidentes sobre as aquisições de bens e serviços efetuadas durante o período de construção da nova unidade até o momento da sua entrada em operação (PricewaterhouseCoopers, 2004). Neste ponto, dada a complexidade do ordenamento jurídico-tributário brasileiro, bem como a variedade de bens e serviços adquiridos ou contratados para um investimento desta envergadura, adotou-se, como padrão, as alíquotas que são usualmente praticadas no ramo siderúrgico, as quais são apresentadas na Tabela 1:

TRIBUTOS	ALÍQUOTAS
COFINS	7,60%
PIS	1,65%
CPMF	0,38%
ICMS	18,00%
Imposto de Importação	14,00%
IPI Equip. Elétricos/Eletrônicos	15,00%
IPI Equip. Mecânicos	5,00%
Tributos s/ pagtos ao exterior	20,00%
IRPJ e CSL	34,00%
ISS	4,00%

Fonte: PricewaterhouseCoopers, 2004.

Tabela 1 – Tributos e alíquotas

Para a atribuição do montante investido em cada etapa do projeto, e conseqüentemente para a determinação da base de cálculo dos tributos envolvidos nas referidas aquisições, foram utilizados, além do orçamento do projeto de implantação da nova unidade, laudos técnicos fornecidos pelos departamentos de engenharia de empresas filiadas ao IBS, sendo selecionados para montagem do modelo estudado dois projetos de investimentos semelhantes que já foram instalados.

4.2. Análise da carga tributária incidente sobre o investimento siderúrgico

Da aplicação das premissas referidas no item 4.1, apurou-se a carga tributária incidente na implantação de nova planta siderúrgica no Brasil. Os dados estão demonstrados na Tabela 2 a qual apresenta o projeto dividido em dois grandes grupos: um destinado aos investimentos em equipamentos e outro destinado a prestação de serviços. No que diz respeito aos gastos, efetuou-se a sua divisão entre os âmbitos nacional e internacional.

No que diz respeito aos tributos incidentes no Brasil, ressalta-se que foram efetuados ajustes financeiros com relação aos créditos fiscais de ICMS, PIS e COFINS sobre aquisições para o ativo imobilizado, a fim de trazê-los a valor presente. Tal ajuste se fez necessário em razão de que, apesar de tais créditos originarem-se da cobrança desses tributos no momento da aquisição dos bens, o seu aproveitamento encontra-se diferido, por expressa disposição na legislação brasileira para o momento em que o investimento comece a operar.

Como taxa de desconto para o cálculo do referido valor presente, demonstrado na coluna “Créditos” da Tabela 2, utilizou-se o percentual de 16%, que representa a taxa média anual da

SELIC, índice utilizado pelo Governo Federal para a atualização dos créditos tributários. Levou-se em consideração, também, o período de dois para montagem da planta e começo de suas operações.

Conforme demonstrado na Tabela 2, o custo tributário do investimento no Brasil perfaz cerca de 30,12% do total dos gastos necessários para a implantação da nova planta siderúrgica (US\$ 355.011 mil), ou seja, o valor orçado do investimento, se elevaria em aproximadamente US\$ 106.918 mil. No total, os impostos federais representam 70% e os estaduais e municipais 30%.

Projeto Planta Siderúrgica	Tributos	II	IPI	ICMS		PIS		COFINS		ISS	IRF/CIDE	IOF	CPMF	Total
	Investimento			Débitos	Créditos *	Débitos	Créditos *	Débitos	Créditos *					
EQUIPAMENTOS	225.883	21.935	29.537	63.649	(35.363)	3.849	(1.603)	17.730	(7.386)	-	-	-	2.419	320.651
Mercado Nacional	54.303	-	2.745	11.920	(6.623)	-	-	-	-	-	-	-	474	62.818
Mecânicos	53.713	-	2.686	11.791	(6.551)	-	-	-	-	-	-	-	468	62.107
Elétricos	590	-	59	129	(72)	-	-	-	-	-	-	-	5	712
Eletrônicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Internacional	156.680	21.935	26.792	49.697	(27.611)	3.752	(1.563)	17.283	(7.200)	-	-	-	1.822	241.588
Mecânicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elétricos	94.008	13.161	16.075	29.818	(16.567)	2.251	(938)	10.370	(4.320)	-	-	-	1.093	144.953
Eletrônicos	62.672	8.774	10.717	19.879	(11.044)	1.501	(625)	6.913	(2.880)	-	-	-	729	96.635
Transporte	14.901	-	-	2.032	(1.129)	97	(40)	447	(186)	-	-	-	123	16.244
Nacional	14.901	-	-	2.032	(1.129)	97	(40)	447	(186)	-	-	-	123	16.244
SERVIÇOS	93.219	-	-	-	-	1.285	(535)	5.917	(2.465)	3.551	2.183	-	784	103.938
Mercado Nacional	82.304	-	-	-	-	1.285	(535)	5.917	(2.465)	3.114	-	-	681	90.301
Construção civil	32.065	-	-	-	-	529	(220)	2.437	(1.015)	1.283	-	-	267	35.345
Engenharia	275	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	277
Montagem	43.585	-	-	-	-	719	(300)	3.312	(1.380)	1.743	-	-	362	48.043
Gerenciamento	3.844	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	3.874
Treinamento														
Própria	326	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	329
Terceiros	2.208	-	-	-	-	36	(15)	168	(70)	88	-	-	18	2.433
Mercado Internacional	10.915	-	-	-	-	-	-	-	-	437	2.183	-	103	13.637
Assistência técnica	1.097	-	-	-	-	-	-	-	-	44	219	-	10	1.371
Engenharia	1.179	-	-	-	-	-	-	-	-	47	236	-	11	1.473
Supervisão	8.639	-	-	-	-	-	-	-	-	346	1.728	-	81	10.793
OUTROS GASTOS	35.909	-	-	707	-	-	-	-	-	17	-	425	282	37.340
Despesas administrativas	7.594	-	-	707	N/A	-	-	-	-	17	-	-	63	8.382
Despesas financeiras	28.316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	425	218	28.959
TOTAL	355.011	21.935	29.537	64.356	(35.363)	5.134	(2.139)	23.648	(9.851)	3.568	2.183	425	3.484	461.929
													Carga Total	30,12%

Fonte: PricewaterhouseCoopers, 2004.

Tabela 2 – Projeção de investimento e impostos incidentes - Brasil

4.3. Comparação com outros países

Visando demonstrar adequadamente a dinâmica concorrencial internacional no âmbito dos custos tributários incidentes sobre o investimento em bens de capital, buscou-se no estudo a comparação entre países.

Desta forma, foram escolhidos para comparação os Estados Unidos da América, o Canadá e o Chile. No caso dos dois primeiros, a comparação se justifica em razão da posição econômica de ambos no cenário mundial e a grande quantidade de investimentos no setor estudado existentes naqueles países.

Com relação ao Chile, sua escolha teve por objetivo verificar como um parceiro do Mercosul trata os investimentos em bens de capital.

Cabe ressaltar que, exceto no caso do Brasil, os custos tributários incidentes nos demais países pesquisados, foram tratados de forma genérica, não representando, portanto, uma análise profunda das alíquotas específicas utilizadas em cada país.

Assim, para efeito de comparação com a carga tributária incidente nos países referidos anteriormente, considerou-se para a determinação da base de cálculo dos tributos envolvidos, as mesmas operações que serviram para identificar e apurar a carga tributária incidente no Brasil. Nos cálculos comparativos, os tributos foram separados em federais (Federal Taxes) e estaduais (State Taxes), tendo sido utilizadas as alíquotas informadas na Tabela 3:

PAÍSES/TRIBUTOS	ALÍQUOTAS
EUA	
IMPOSTO DE RENDA	35%
OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS	0%
TRIBUTOS ESTADUAIS	6%
Canadá	
IMPOSTO DE RENDA	34%
OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS	7%
TRIBUTOS ESTADUAIS	8%
Chile	
IMPOSTO DE RENDA	17%
OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS	19%
TRIBUTOS ESTADUAIS	0%

Fonte: PricewaterhouseCoopers, 2004.

Tabela 3 – Tributos e alíquotas por países

Ressalta-se que, nos EUA e Chile os tributos federais e estaduais são totalmente recuperáveis no momento da aquisição dos bens, já no Canadá os tributos federais são totalmente recuperáveis no momento da aquisição (PricewaterhouseCoopers, 2004).

Valores em US\$ mil													
Projeto Planta Siderúrgica	BRASIL				EUA			CANADÁ			CHILE		
	Tributos Investimento	Fed.	Est.	Total	Fed. 0%	Est. 6%	Total	Fed. 7%	Est. 8%	Total	Fed. 0%	Est. 19%	Total
EQUIPAMENTOS	225.883	66.481	28.286	320.651	-	-	225.883	-	17.327	243.210	-	-	225.883
Mercado Nacional	54.303	3.218	5.297	62.818	-	-	54.303	-	4.344	58.647	-	-	54.303
Mecânicos	53.713	3.154	5.240	62.107	-	-	53.713	-	4.297	58.010	-	-	53.713
Elétricos	590	64	58	712	-	-	590	-	47	637	-	-	590
Eletrônicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Internacional	156.680	62.822	22.086	241.588	-	-	156.680	-	12.534	169.214	-	-	156.680
Mecânicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Elétricos	94.008	37.693	13.252	144.953	-	-	94.008	-	7.521	101.529	-	-	94.008
Eletrônicos	62.672	25.129	8.834	96.635	-	-	62.672	-	5.014	67.686	-	-	62.672
Transporte	14.901	440	903	16.244	-	-	14.901	-	448	15.349	-	-	14.901
Nacional	14.901	440	903	16.244	-	-	14.901	-	1.192	16.093	-	-	14.901
SERVIÇOS	93.219	7.169	3.551	103.938	-	-	93.219	-	-	93.219	-	-	93.219
Mercado Nacional	82.304	4.883	3.114	90.301	-	-	82.304	-	-	82.304	-	-	82.304
Construção civil	32.065	1.997	1.283	35.345	-	-	32.065	-	-	32.065	-	-	32.065
Engenharia	275	2	-	277	-	-	275	-	-	275	-	-	275
Montagem	43.585	2.715	1.743	48.043	-	-	43.585	-	-	43.585	-	-	43.585
Gerenciamento	3.844	29	-	3.874	-	-	3.844	-	-	3.844	-	-	3.844
Treinamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Própria	326	2	-	329	-	-	326	-	-	326	-	-	326
Terceiros	2.208	137	88	2.433	-	-	2.208	-	-	2.208	-	-	2.208
Mercado Internacional	10.915	2.286	437	13.637	-	-	10.915	-	-	10.915	-	-	10.915
Assistência técnica	1.097	230	44	1.371	-	-	1.097	-	-	1.097	-	-	1.097
Engenharia	1.179	247	47	1.473	-	-	1.179	-	-	1.179	-	-	1.179
Supervisão	8.639	1.809	346	10.793	-	-	8.639	-	-	8.639	-	-	8.639
OUTROS GASTOS	35.909	706	724	37.340	-	-	35.909	-	-	35.909	-	-	35.909
Despesas administrativas	7.594	63	724	8.382	-	-	7.594	-	-	7.594	-	-	7.594
Despesas financeiras	28.316	643	-	28.959	-	-	28.316	-	-	28.316	-	-	28.316
SUBTOTAL	355.011	74.356	32.562	461.929	-	-	355.011	-	17.327	372.338	-	-	355.011
Crédito de IR a valor presente				(58.338)			(83.978)			(87.992)			(87.992)
TOTAL				403.591			271.033			284.346			267.019
	Carga tributária total sem crédito de IR			30,12%	Zero			4,88%			Zero		
	Carga tributária total com crédito de IR			13,68%	-23,66%			-19,91%			-24,79%		

Fonte: PricewaterhouseCoopers, 2004.

Tabela 4 – Projeção de investimento e impostos incidentes – Brasil, EUA, Canadá e Chile

Constata-se pela análise da Tabela 4, que nos EUA e Chile tanto os tributos federais quanto os estaduais permitem ao contribuinte a recuperação, mediante a tomada de créditos fiscais dos valores pagos na aquisição de bens ou serviços, de forma que não há qualquer impacto tributário imediato. No Canadá, observa-se uma carga tributária de 4,88% do total dos gastos necessários para a implantação de uma nova planta siderúrgica.

Adicionalmente, nos quadros comparativos da tributação entre os países, apurou-se o efeito que o incentivo da depreciação acelerada incentivada representa em termos de economia de imposto de renda, uma vez que tal benefício é conferido nos EUA, Canadá e Chile para a implantação de investimentos no setor de siderurgia.

4.4. Impacto do imposto de renda nos países utilizados para a comparação

Outro aspecto a ser evidenciado consiste na dedução, de forma acelerada, da despesa gerada pela depreciação dos bens adquiridos para fins de apuração do Imposto de Renda. Nos EUA, o aproveitamento da despesa de depreciação é feito, em média, no prazo de 7 anos, sendo que, no primeiro ano, é permitido ao contribuinte deduzir 50% do gasto inicial. No Canadá e Chile a depreciação é feita em 4 anos, sendo depreciado, nos três primeiros anos, 90% do valor da aquisição dos bens (PricewaterhouseCoopers, 2004).

5. Conclusões

Como se demonstrou, a competitividade resulta de uma relação de sinergia entre políticas governamentais, investimentos em infra-estrutura, inovação tecnológica e, principalmente, de desenvoltura empresarial no mercado externo.

Neste sentido, verifica-se que comunidade empresarial, reconhece que os fundamentos da competitividade estão apoiados na dinâmica concorrencial, ou seja, que estão pautados nas habilidades de praticar as estratégias competitivas requeridas pelos padrões de uma economia globalizada além da ambiente interno das organizações.

Os dados da Tabela 5 evidenciam a significativa diferença de custo tributário entre os países.

Projeto Planta Siderúrgica	BRASIL	EUA	CANADÁ	CHILE
Carga tributária total sem crédito de IR	30,12%	Zero	4,88%	Zero
Carga tributária total com crédito de IR	13,68%	-23,66%	-19,91%	-24,79%

Fonte: (Adaptado de PricewaterhouseCoopers, 2004.)

Tabela 5 – Resumo do custo tributário por país

Feita a comparação com EUA, Canadá e Chile, percebe-se claramente que a carga tributária brasileira é muito superior. Faz-se necessário, portanto, a consolidação das mudanças econômicas estruturais e setoriais, de forma que se possa oferecer ao setor industrial, notadamente os que investem em projetos de infra-estrutura, condições equivalentes às aquelas disponíveis aos países sabidamente competitivos.

Nota-se que a opção por desonerar os investimentos de capital é uma decisão estratégica mais ampla no âmbito governamental, tornando-se um fator de atração para uma política industrial de crescimento sustentado do país, com o objetivo de fazer a economia expandir-se, elevar o nível de emprego e da renda. Portanto, passa a estar inserida em um conjunto de políticas públicas, como o RECAP, por exemplo, o qual preconiza conforme BRASIL (2005 p. 1) que “alguns projetos industriais, ainda em estudo, já são fortes candidatos para serem

contemplados pela nova medida do Governo”. Entre eles, destacam-se empreendimentos dos setores siderúrgicos e de papel e celulose, cujos investimentos já apontam para recursos da ordem de US\$ 10 bilhões, os quais devem gerar divisas externas de mais de US\$ 3 bilhões anualmente, conforme Brasil (2005).

Os dados deste estudo reafirmam que a competitividade em nível doméstico e internacional é inevitavelmente influenciada, neste aspecto, mais pelos tributos do que pela gestão empresarial e esta condicionada à soberania dos países suas políticas institucionais e regulatórias.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, diz respeito a atuação das associações e federações representativas dos setores que, no cumprimento de suas atribuições atuando como representante setorial junto a órgãos e entidades públicas do país e do exterior.

Desta atuação, surge sinergia de forças entre o poder público e a iniciativa privada, sendo o primeiro o responsável pela promoção da competitividade na dimensão sistêmica e a segunda a promotora de práticas de concorrência factíveis e em linha com os interesses da nação.

Finalmente, ressalta-se que a busca pela competitividade passa, também, por fatores internos e externos às organizações, sendo, portanto, dependente do modelo econômico vigente no macro ambiente representado pelo Estado.

Referências

- ABRANTES, Luiz Antônio. Tributação e Competitividade: Uma Análise no Brasil e Países Parceiros. XI Congresso Brasileiro de Custos. Porto Seguro: Anais, 2004.
- BACIC, Miguel J. Escopo da Gestão Estratégica de Custos em Face das Noções de Competitividade e de Estratégica Empresarial. I Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos. São Leopoldo: Anais, 1994.
- BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Social. INFORME-SE. Secretaria para Assuntos Fiscais. nº 10. Rio de Janeiro, mar. 2000.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras. RECAP.Brásilia, 2005. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/ascom/imprensa/20050519MedidasFurlan.pdf>. Acesso em: 06 jun 2005.
- COUTINHO, Luciano, FERRAZ, João Carlos (cord.). Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995. 510p.
- PORTER, Michael E. Vantagem competitiva. 24. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 512 p.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS. Instituto Brasileiro de Siderurgia: Estudo Sobre o Impacto da Tributação em Investimentos no Setor Siderúrgico. 2004. Brasil.
- SOUZA, Maria C.A.F. de, BACIC, Miguel J., RABELO, Flávio M. Flexibilidade, exploração de inter-relações e aprendizado organizacional: referências para a gestão estratégica de custos. II Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos. Campinas: Anais, 1995.
- VERMULM, Roberto, ERBER, Fábio. Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Impactos das Zonas de Livre Comércio. Cadeia: Bens de Capital. Nota Técnica Final. Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sdp/proAcao/forCompetitividade/impZonLivComercio/21bensCapitalCompleto.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2005.
- WERNKE, Rodney. Gestão Estratégica de Custos: o alcance de vantagem competitiva por meio da gestão de custos. Revista Brasileira de Contabilidade. p.70-77. Jan/Fev 2001.